

Sindsep/MA adota captação de energia solar



O Sindsep/MA ao longo dos anos sempre defendeu uma economia sustentável. Em tempos em que o meio ambiente vem sofrendo agressões absurdas, é importante que se busquem novas fontes de energia que quebre o “sistema” existente.

Dessa forma, o sindicato buscou adequar-se à essa nova realidade, e implantou o sistema de energia solar, que foi adquirido e instalado nas dependências da sede da entidade.

No último dia 02 de dezembro, o Sindsep/MA iniciou um novo capítulo em sua história, com a implantação da captação de energia

solar, que irá possibilitar à entidade uma economia bastante considerável.

“O Sindsep/MA mais uma vez mostra o seu pioneirismo, e seguindo o que o mundo já vem buscando, insere-se na luta por uma sociedade sustentável e mais consciente na preservação do meio ambiente”, comentou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Como funciona a energia solar?

A energia solar, como o próprio nome indica, refere-se à energia cuja fonte é o Sol. Sua captação pode ser feita por meio de diversas

tecnologias, como painéis fotovoltaicos, usinas heliotérmicas e aquecedores solares.

Basicamente, ao ser captada, a luz solar é convertida em energia. Nos painéis fotovoltaicos e nas usinas heliotérmicas, a luz solar é convertida em energia elétrica e térmica. Já no aquecimento solar, a luz solar é convertida em energia térmica.

O Sindsep/MA está utilizando a energia solar fotovoltaica, que faz a conversão direta da radiação solar em energia elétrica. Essa conversão é realizada pelas chamadas células fotovoltaicas, compostas por material semicondutor, normalmente o silício. Ao incidir sobre as células, a luz solar provoca a movimentação dos elétrons do material condutor, transportando-os pelo material até serem captados por um campo elétrico (formado por uma diferença de potencial existente entre os semicondutores). Dessa forma, gera-se eletricidade.

Após mobilização dos movimentos sociais MEC revoga portaria que obrigava retorno às aulas

Após grande mobilização dos movimentos sociais, que repudiaram veementemente, a portaria que obrigava as universidades federais e particulares a retornarem as aulas presenciais a partir de 04 de janeiro, o Ministério da Educação (MEC) acabou revogando a sua decisão.

A ação desastrosa em tempos que a pandemia volta a crescer em todo o mundo, causou uma repercussão negativa em um desgoverno que desacredita a cada dia os riscos da Covid-19.

Vários especialistas e instituições apontaram que a decisão seria

inconstitucional diante dos persistentes riscos da pandemia.

Novamente os movimentos sociais lutaram pela racionalidade em um momento complicado para o mundo. “Ficamos indignados com essa portaria editada pelo MEC. Foi de uma irresponsabilidade sem tamanho e de uma falta de sensibilidade sem igual. O Governo Federal precisa acordar para a questão da pandemia. Mesmo com os números estrondosos que o Brasil vem apresentando, ainda assim, parece que estão brincando com a vida da população”, declarou Raimundo Pereira, presidente do Sin-

Sindsep/MA informa

O Sindsep/MA informa aos seus filiados e à sociedade em geral, que em virtude da iniciação da captação de energia solar, a entidade não funcionará no próximo dia 07 de dezembro, em virtude de serviços de manutenção na nova rede elétrica.

No dia 08 de dezembro a entidade permanecerá fechada em virtude do feriado municipal do Dia de Nossa Senhora da Conceição.



Com redução do auxílio para R\$300, milhões de pessoas caíram na linha da pobreza

Desde setembro, quando o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), reduziu pela metade o valor do auxílio emergencial -de R\$ 600, como havia sido aprovado pelo Congresso Nacional, após pressão da CUT e demais centrais, para R\$ 300-, aumentou o número de brasileiros na linha da pobreza e em situação de miséria.

O número de pessoas vivendo em situação de pobreza aumentou em mais de 8,6 milhões entre agosto e setembro e mais de quatro milhões de pessoas caíram para linha da miséria no mesmo período, revelam cálculos sobre o peso da redução do auxílio emergencial no bolso dos brasileiros feitos pelo economista Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), segundo reportagem publicada no Estadão.

O economista, que analisou dados de outubro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (Pnad Covid-19), divulgados na terça-feira (1º) pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disse ao jornal que “o pior momento vai ser em janeiro (de 2021)”, se referindo ao fim do pagamento do benefício, que vai até 31 de dezembro deste ano.

De acordo com a reportagem, pelos números pesquisados por Duque, a população vivendo na extrema pobreza saltou de 5,171 milhões, em agosto, para 9,251 milhões em setembro – um aumento de cerca de 4,080 milhões. Já o total de brasileiros vivendo na pobreza subiu 38,766 milhões para 47,395 milhões - um aumento de 8,6 milhões.

O que é extrema pobreza

As Nações Unidas consideram pobreza extrema pessoas que vivem com renda familiar per capita (por pessoa) inferior a US\$ 1,90 por dia, na conversão pelo método de Paridade de Poder de Compra – que não leva em conta a cotação da taxa de câmbio, mas o valor necessário para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno de cada país em comparação com o mercado nos

Estados Unidos.

Já a população que vive abaixo da linha de pobreza é aquela com renda disponível de US\$ 5,50 por dia.

Os dados da Pnad Covid de outubro mostraram que os 10% de brasileiros mais pobres tinham renda domiciliar per capita de apenas R\$ 31,69 por mês no período, se excluído o auxílio emergencial. Ou seja, mais de 21 milhões de brasileiros tinham apenas R\$ 1,05 por dia para sobreviver considerando todo o restante de renda disponível. Com a ajuda do auxílio, esse valor subiu a R\$ 219,96 mensais, o equivalente a R\$ 7,33 por dia, relembra a reportagem.

Sem emprego

O pesquisador do Ibre/FGV acredita que se o mercado de trabalho se recuperar mais fortemente nos próximos meses, o país pode registrar uma melhora na desigualdade de renda, mas a situação dos miseráveis, que têm mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, não deve mudar.

Fonte: CUT